

PODER

# Caixa 2: improbidade e crime

Decisão do STF é unânime e endurece a punição para o delito já no pleito de outubro. Caso tem repercussão geral

» FABIO GRECCHI

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, por unanimidade que a prática de caixa dois nas campanhas eleitorais é crime e pode ser punida como ato de improbidade administrativa. A questão foi definida em julgamento no plenário virtual, cuja votação em dezembro do ano passado. Isso permitirá que a Justiça enquadre o político denunciado seja responsabilizado na Justiça Eleitoral e na Justiça comum. O caso tem repercussão geral e endurece a punição para o tipo penal em ano eleitoral.

O voto decisivo foi dado pelo ministro Kássio Nunes Marques, que estará à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no pleito de outubro. Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, o entendimento de que as esferas eleitoral e administrativa são autônomas. Segundo o magistrado, enquanto o direito eleitoral tenta assegurar a lisura e a legitimidade das eleições, a Lei de Improbidade Administrativa protege a moralidade administrativa e o patrimônio público.

“É possível a dupla responsabilização por crime eleitoral caixa dois (art. 350 do Código Eleitoral) e ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992), pois a independência de instâncias exige tratamentos sancionatórios diferenciados entre os atos ilícitos em geral (civis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa”, observou Moraes.

## Justiça comum

Segundo o ministro, se for reconhecida na Justiça Eleitoral a inexistência do fato ou a “negativa de autoria do réu”, a decisão “repercuta na seara administrativa”. “Compete à Justiça Comum processar e julgar ação de improbidade administrativa por ato que também configure crime eleitoral”, frisou.

Ainda segundo o ministro-relator, a Constituição determina que a ação de improbidade deve tramitar sem prejuízo da ação penal. Conforme salientou, “também não há impedimento para que o mesmo fato seja analisado pela Justiça Eleitoral, quando este seja tipificado como crime eleitoral. Trata-se de ações

Luiz Silveira/STF



**É possível a dupla responsabilização por crime eleitoral caixa dois (art. 350 do Código Eleitoral) e ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992), pois a independência de instâncias exige tratamentos sancionatórios diferenciados entre os atos ilícitos em geral (civis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa”**

**Trecho do relatório do ministro Alexandre de Moraes.**

## Casos emblemáticos sobre "verbas não contabilizadas"

**1) O “Esquema PC Farias” (anos 1990) — Foi um dos primeiros grandes escândalos de financiamento paralelo a ganhar visibilidade nacional. Paulo César Farias era o tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello em 1989.**

» O que aconteceu: descobriu-se uma rede de contas bancárias fantasmas que movimentavam milhões de dólares para gastos pessoais e políticos da presidência.  
» Consequência: foi o estopim para o processo de impeachment de Collor, em 1992.

**2) Mensalão (2005) — Um esquema de compra de votos no Congresso foi elaborado para garantir governabilidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro mandato.**

» O que aconteceu: o publicitário Marcos Valério utilizava suas agências de publicidade para repassar dinheiro não declarado a parlamentares da base aliada de Lula em troca de apoio em votações no Congresso.  
» O argumento da defesa: à época, muitos envolvidos alegaram que o dinheiro era “apenas caixa dois de campanha”, tentando

diferenciar o crime eleitoral do crime de corrupção/compra de votos.

**3) “Planilhas da Odebrecht” (2014-2017) — A Operação Lava-Jato trouxe à tona um esquema de caixa dois que envolvia a empreiteira baiana.**  
» O “Departamento de Propinas”: a empresa mantinha um “Setor de Operações Estruturadas” dedicado exclusivamente ao pagamento de recursos não contabilizados.  
» Candidatos em massa: as planilhas da empreiteira listavam políticos de diversos

partidos com codinomes associados a valores destinados a campanhas eleitorais.

**4) Caso das “Candidaturas Laranjas” (2019) — Envolveu o desvio de verbas dos fundos Partidário e Eleitoral por meio de laranjas.**

» O que aconteceu: partidos foram acusados de lançar candidatas mulheres apenas para cumprir a cota de 30%, mas os recursos destinados a elas eram desviados para campanhas de outros candidatos (homens) ou empresas ligadas a dirigentes partidários.

autônomas que vão ser processadas e julgadas em instâncias diversas, sob enfoques também distintos”.

O crime de caixa dois é definido no Código Eleitoral como a não declaração do valor que um candidato ou fornecedor recebeu para a campanha eleitoral — com pena prevista de até cinco anos de prisão. No caso da improbidade administrativa, a legislação estabelece sanções civis e políticas, como pagamento de multa, perda da função pública e perda de bens.

O voto de Moraes foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, André Mendonça, Dias Toffoli, Edson Fachin, Luiz Fux, Flávio Dino, Nunes Marques e Gilmar Mendes — que embora tenha acompanhado o relator fez ressalvas.

# Multa até R\$ 30 mil para manipulação por IA

O Ministério Público Eleitoral propôs ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a criação de uma multa de até R\$ 30 mil para quem divulgar conteúdo manipulado por meio de inteligência artificial no contexto da disputa eleitoral. A sugestão foi apresentada na quinta-feira, na audiência pública promovida pela Corte para definir as novas resoluções que vão reger as eleições.

Pela proposta do MP Eleitoral, a punição começaria em R\$ 5 mil e não se limitaria ao autor da postagem. A multa também poderia ser aplicada ao candidato beneficiado, caso fique comprovado que ele tinha conhecimento da divulgação. Segundo o órgão, a medida busca uniformizar entendimentos na Justiça Eleitoral e fortalecer o combate à desinformação em um cenário de uso crescente de ferramentas digitais e inteligência artificial em campanhas.

As sugestões foram apresentadas pelo coordenador do Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe) e membro auxiliar

da Procuradoria-Geral Eleitoral, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, durante debate que reuniu partidos, instituições públicas e representantes da sociedade civil. Na audiência, o MP Eleitoral também questionou pontos da proposta do TSE que cria o programa Cada Voto Importa, voltado a garantir transporte especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia da votação. A minuta atual prevê que o pedido seja feito antecipadamente e de forma presencial pelo eleitor ou por um representante.

Para o Ministério Público, essa exigência pode dificultar o acesso ao serviço justamente para um público com limitações de deslocamento. Por isso, o órgão sugeriu que a solicitação possa ser feita por meios digitais.

## Propaganda

Outro ponto de divergência diz respeito às regras sobre publicidade de órgãos públicos no período

eleitoral. Pela Lei das Eleições, é proibida a propaganda institucional nos três meses que antecedem o primeiro turno. Por conta disso, os senadores Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Girão (Novo-CE) acionaram, na quinta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) para tentar suspender uma licitação do Senado estimada em R\$ 90 milhões, destinada à contratação de duas agências de publicidade institucional em pleno ano eleitoral.

A minuta do TSE estabelece que a irregularidade só estaria configurada quando a propaganda trouxer nomes, slogans, símbolos ou imagens que identifiquem autoridades ou governos envolvidos na disputa. O MP, porém, defende que essa interpretação é restritiva e contrária a decisões anteriores da própria Corte. Na avaliação do Ministério Público, a propaganda institucional deveria ser considerada irregular independentemente de caráter eleitoral explícito, bastando que tenha sido veiculada no período proibido.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



**Procurador-geral eleitoral Luiz Carlos dos Santos Gonçalves defendeu endurecer regras para IA**

essa obsessão. Talvez um dia, quem sabe? Não saí, não voltamos a falar sobre esse assunto, e ele acabou lançando Dilma com Michel Temer, do MDB, como vice”, afirmou.

Em seu governo, Lula buscou aproximar-se do então PMDB após o desgaste do PT com a repercussão do escândalo do Mensalão. Depois de PT e PMDB elegerem as maiores bancadas da Câmara, os dois partidos firmaram um acordo para revezar a presidência da Casa. O emedebista Temer assumiu o cargo e, posteriormente, foi

escolhido vice na chapa de Dilma em 2010, movimento que também visava ampliar o tempo de propaganda eleitoral gratuita da campanha petista.

A confissão veio depois de Aécio ser questionado sobre se preferiria sentar-se ao lado de Lula ou do presidente do PSD, Gilberto Kassab, em um voo de Rio Grande (RS) a Brasília (DF). Ele disse que se sentaria ao lado dos dois, apesar de ter recentemente chamado Kassab de “abutre”, após a migração de seis deputados estaduais paulistas do PSDB para o PSD.

“Às vezes, passa a impressão de que somos inimigos. O Lula é um encantador de serpentes. Fui governador de Minas por oito anos com Lula como presidente. Conversamos sobre tudo. Ele foi, do ponto de vista administrativo, correto e republicano com Minas — não que tenha ajudado, mas não prejudicou o estado. Sempre tive uma relação amena com ele”, disse.

Aécio ainda contou, em tom de brincadeira, que “volta e meia” Lula o ligava para pedir uma cachaça produzida em sua fazenda em Minas.

# Aécio diz que Lula o sondou

O deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou ter recebido um convite pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser candidato à Presidência da República, em 2010, com o apoio do petista, desde que deixasse o partido em que estava e se filiasse ao então PMDB, hoje MDB. A afirmação foi dada, ontem, em entrevista à Rádio Gaúcha.

À época, Aécio era governador

de Minas Gerais. A exigência de troca de partido refletia a disputa histórica entre PT e PSDB. Em 1994 e 1998, Lula perdeu para Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno. Em 2002 e 2006, venceu o PSDB no segundo turno. Em 2010 e 2014, o embate se repetiu, desta vez com Dilma Rousseff representando o PT. Ela derrotou justamente o Aécio no segundo turno, em 2014.

Segundo o deputado, Lula fez o convite durante uma visita a Minas Gerais, quando Aécio era governador. Na ocasião, o petista mostrou-lhe uma meia e brincou que, para ser presidente, o então governador precisava de “duas coisas: ter uma meia bonita como essa minha e se filiar ao MDB”.

Aécio disse ter recusado. “Falei: presidente, não tenho como sair do PSDB e nem estou com